

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Vitória - ES, abril/2015

Vanessa Battestin Nunes - Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes, vanessa@ifes.edu.br

Marize Lyra Silva Passos - Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes, marize@ifes.edu.br

Danielli Veiga Carneiro Sondermann - Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes,
danielli@ifes.edu.br

Yvina Pavan Baldo - Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes, yvina@ifes.edu.br

José Mário Costa Junior - Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes, jcjunior@ifes.edu.br

Classe – Experiência Inovadora (EI): Estudo de caso
Setor Educacional – Educação Média e Tecnológica (B)
Áreas – Macro - Sistemas e Instituições de EAD, Meso - Gerenciamento e
Organização, Micro - Interação e Comunicação em Comunidades de
Aprendizagem
Natureza - Relatório de Estudo Concluído (A)

RESUMO

O foco deste estudo foi descrever a trajetória em busca da institucionalização da Educação a Distância, a partir dos programas Universidade Aberta do Brasil e Rede e-TEC até a criação do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância do Instituto Federal do Espírito Santo, sua estrutura organizacional, as políticas públicas envolvidas, os pressupostos teóricos nos quais se baseia e os desafios em sua gestão em direção a institucionalização. A metodologia foi uma pesquisa descritiva. A partir dos resultados percebeu-se a importância da gestão da Educação a Distância, para o apoio aos campi da instituição no que se refere aos cursos a distância, ao uso de tecnologias na educação e a necessidade de ofertar cursos em diferentes níveis e modalidades, para atender a necessidade de formação docente e dos profissionais que atuam na educação. A necessidade de uma política em âmbito nacional para institucionalização da Educação a Distância, também foi observada, dentre elas, a atividade de tutoria, manutenção de polos de apoio presencial, infraestrutura para composição do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância, respeito as diferentes metodologia de Educação a Distância e de definição de custo-aluno da modalidade a distância.

Palavras chaves: Gestão na Educação; Educação a Distância; Formação.

1. Introdução

O Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) começou a atuar na Educação a Distância (EaD) em 2006, com a criação do Centro de Educação a Distância (Cead). Posteriormente, com a lei nº 11.892 de 2008, que cria os Institutos Federais, passou a atuar, também, na área de formação de professores. Essas duas ações convergiram e culminaram, em 2014, na transformação do Cead em Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor), que tem como objetivos principais: fomentar e apoiar a Educação a Distância e o uso de tecnologias na educação no Ifes; e trabalhar na formação de professores e demais profissionais da educação, por meio do ensino, pesquisa e extensão.

Para tal, o Cefor conta com o apoio de recursos institucionais e decorrentes de programas federais de EaD, tais como a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a Escola Técnica do Brasil (e-Tec) e de outras agências de fomento. A gestão do Cefor é complexa, uma vez que a institucionalização da EaD e o formato de Centro de Referência são muito recente no país, e, neste caso, o Centro de Referência abarca duas vertentes que, apesar de complementares do ponto de vista pedagógico e conceitual, são distintas em termos de gestão e de operacionalização.

Desta forma, este artigo tem como objetivo descrever o processo de implantação do Cefor, sua estrutura organizacional, as políticas públicas envolvidas, os pressupostos teóricos nos quais se baseia e os desafios em sua gestão. Espera-se poder contribuir com outras instituições que estejam refletindo sobre esses aspectos e/ou passando pela etapa de constituição da identidade. Para tal, a metodologia adotada foi a de pesquisa descritiva.

2. A gestão na EaD

A Educação a Distância (EaD), é uma modalidade de ensino que busca atender a pessoas independente de localização geográfica ou tempo determinado, proporcionando um ambiente de mediação onde a interação e a cooperação são fatores-chave para o sucesso dos processos de ensino e aprendizagem. Considerando as suas características e peculiaridades, a EaD

pode contribuir para uma maior democratização no acesso à educação.

Considerando os aspectos legais, a EaD foi contemplada, inicialmente, no artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei 9.394/1996, possibilitando o desenvolvimento da modalidade de educação a distância em todos os níveis e modalidades de ensino. Entretanto, foi pelo Decreto 5.622/2005 que o artigo 80 foi regulamentado com a definição de critérios para a oferta de cursos, credenciamento institucional, supervisão, acompanhamento e avaliação, pautados pelos Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância, definidos pelo Ministério da Educação (MEC), em colaboração com os sistemas de ensino. A partir de então a EaD tem seu reconhecimento formal como uma ampla modalidade de educação regular.

Os autores Moore e Kearsley (2008) afirmam que um sistema de educação a distância se constitui a partir dos componentes e processos necessários para que ocorram o ensino e o aprendizado a distância: aprendizado, ensino, comunicação, criação e gerenciamento. Para os mesmos, independente de sua dimensão, seja para centenas de milhares de alunos ou uma única turma, um sistema de EaD deve conter: uma fonte de conhecimento que deve ser ensinada e aprendida; um subsistema para estruturar esse conhecimento em materiais e atividades para os alunos; outro subsistema que transmita os cursos para os alunos; professores que interagem com alunos; alunos em seus ambientes distintos; um subsistema que controle e avalie os resultados, de modo que intervenções sejam possíveis, quando ocorrerem falhas; uma organização com uma política e uma estrutura administrativa.

Visando a oferta de cursos a distância muitas tem sido as políticas governamentais que surgiram para suprir as demandas de vagas nos diversos níveis e áreas, em especial, vagas voltadas para a formação de professores.

Nesse sentido, o Ministério da Educação tem delineado e executado muitas estratégias ao longo de anos na oferta de cursos em EaD no país. Nesse artigo, serão abordadas duas políticas nacionais: a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil).

O Sistema UAB, institucionalizado pelo decreto 5.800, é voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de

expandir e interiorizar a oferta de cursos superiores no país, cujo foco é a formação de professores. Essa política nacional ocorre com a cooperação da União e dos entes federativos por meio da oferta de cursos superiores na modalidade a distância, por instituições públicas de ensino superior, em polos de apoio presenciais (BRASIL, 2006).

Em contrapartida, a Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil) que surgiu em 2007 e foi instituída como Rede e-Tec Brasil pelo Decreto 7.589/2011, visa ofertar educação profissional e tecnológica na modalidade a distância e tem o objetivo de ampliar e democratizar o acesso a educação profissional pública e gratuita no País, em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e municípios (BRASIL, 2011).

Os Sistemas UAB e E-Tec, mediante a aprovação de planos de trabalhos anuais, custeiam a produção de materiais didáticos, bem como, recursos para o desenvolvimento dos cursos e pagamento de bolsas de pesquisa para os profissionais que atuam nos cursos.

A partir desta proposta de fomento é que surgem cursos a distância ofertados nas várias Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) demandando a criação de núcleos e/ou centros responsáveis por viabilizar a gestão dos recursos de infraestrutura e tecnológicos, bem como, a de produção de material etc. É nesse contexto que surge, em 2006, o Centro de Educação a Distância (Cead) no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), hoje Cefor.

Em consonância como os Referenciais de Qualidade em EaD (BRASIL, 2007), o Ifes definiu metas estratégicas no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a definição da política institucional de EaD alinhada com a visão estratégica da instituição foi fator favorável à expansão e institucionalização dessa modalidade de ensino.

Para a gestão da EaD, além da discussão pedagógica da ação educativa é necessário uma estratégia de gestão administrativa que viabilize a oferta da modalidade de EaD. Segundo Rumble (2003), alguns aspectos a serem abordados na gestão administrativa são: a sistematização de fluxo dos principais processos, a responsabilidades da área administrativa, a comunicação e as métricas alinhadas a visão estratégica da instituição.

Dessa forma, percebe-se que o conhecimento do gestor de EaD deve ser amplo e não pode ficar restrito à uma área específica, pois a gestão de EaD envolve questões tecnológicas, pedagógicas, administrativas, financeiras e de pessoal. É preciso pensar em um gestão participativa onde todos os envolvidos possam contribuir com ideias e ações para promover uma EaD de qualidade.

3. Procedimentos Metodológicos e Objeto de Estudo

Segundo a classificação de Gil (2002) quanto aos objetivos, esta pesquisa se classifica como descritiva, uma vez que visa descrever como tem se dado a institucionalização da EaD no Ifes.

A pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis (GIL, 2002, p. 42).

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, trata-se de uma pesquisa documental e de um estudo de caso.

É uma pesquisa documental uma vez que foram analisados diversos documentos institucionais, tais como regimento, arquivos de histórico, apresentações, atas de reuniões, site institucional e do setor, portarias, memorandos, ofícios, publicações da equipe entre outros.

Trata-se, ainda, de um estudo de caso, uma vez que é uma abordagem qualitativa que, segundo Gil (2002, p.54), “[...] consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Como cita Stake (1994, p. 236), uma questão fundamental nessa abordagem “[...] é o conhecimento derivado do caso, ou melhor, o que se aprende ao estudar o caso”. Cita ainda que o “estudo de caso não é uma escolha metodológica, mas uma escolha do objeto a ser estudado”.

Conforme já citado, o objeto de estudo da pesquisa é o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). Hoje o Ifes possui 21 campi e um Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância, distribuídos em todas microrregiões do estado do ES.

4. Discussão dos Resultados

A seguir apresenta-se os resultados obtidos pelos dados históricos da institucionalização da EaD no Ifes e algumas reflexões sobre o tema.

4.1 Histórico da EaD no Ifes

Com o passar dos anos, novos cursos foram surgindo e atualmente o Ifes conta com onze cursos, sendo: dois técnicos - Informática e Administração, quatro graduações - Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Licenciatura em Informática, Licenciatura em Letras e Complementação Pedagógica e cinco especializações - Informática na Educação, Educação Profissional e Tecnológica, Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, Gestão Pública e Gestão Pública Municipal - todos os cursos em andamento. Para o segundo semestre de 2015, estão previstas três novas especializações - Metodologias e Práticas para o Ensino Fundamental, Ensino Interdisciplinar em Saúde e Meio Ambiente na Educação Básica, Educação: currículo e ensino.

E ainda outras ações de EaD que envolvem a formação dos profissionais, dentre eles os cursos de: Prática da Educação a Distância para Professores, Formação de Tutores e Design Instrucional e alguns cursos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). E ainda os cursos de curta duração: Webconferência, Hangout, Ferramentas de Revisão de Texto dentre outros.

Atualmente o Ifes possui parceria com 27 polos de apoio presencial da UAB, 14 polos e-TEC e a possibilidade de expansão por meio dos próprios campi do Ifes. Ao todo tem-se 35 municípios atendidos pelo Ifes.

4.2 Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância

Os objetivos do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor) podem ser resumidos em: (i) EaD – Fomentar e apoiar a Educação a Distância e o uso de tecnologias na educação no Ifes, por meio de políticas de EaD e apoio aos campi, no que se refere a capacitação e assessoria em EaD, tanto para produção de recursos educacionais quanto apoio pedagógico e tecnológico e (ii) Formação – Trabalhar a formação de professores e demais profissionais da educação, por meio do ensino, pesquisa e extensão.

Estes objetivos estão alinhados com a lei 11.892, de criação dos Institutos Federais e com o termo de acordo de metas e compromissos, que

determinam que 20% das vagas sejam para formação de professores. Também estão alinhados a diversas metas do Plano Nacional de Educação de 2014 (PNE), que citam explicitamente a EaD e a formação de profissionais da educação como estratégias fundamentais para cumprimento de tais metas.

4.3 Estrutura organizacional do Cefor

A estrutura organizacional segundo Chiavenato (2004, p. 287) “[...] é a maneira pela qual as atividades da organização são divididas, organizadas e coordenadas. [...] Ela se refere à organização dos órgãos e equipes da organização”. A seguir será apresentada a estrutura organizacional do Cefor.

O Cefor é um órgão subordinado a Diretoria de Educação a Distância que pertence a Pró-reitoria de Ensino sua estrutura organizacional é vertical alta e, está dividido em quatro níveis hierárquicos: diretoria geral, coordenações gerais (Ensino, Pesquisa e Extensão, Tecnologias Educacionais, Tecnologias de Informação, Administração e Programas de Fomento), coordenações de área, abaixo das coordenações gerais e setores, além de dois órgãos de assessoramento.

4.4 Metodologia de cursos a distância

O Cefor, em sua função de órgão balizador da metodologia de EaD no Ifes, estabeleceu alguns princípios norteadores para o funcionamento da modalidade na instituição, tais como: priorização da construção de conhecimentos como princípio educativo; formas de comunicação eficientes entre os sujeitos do processo de ensino-aprendizagem; acompanhamento do processo de aprendizagem; promoção da interdisciplinaridade com base em uma relação dialógica entre as disciplinas, dentre outros (BRASIL, 2014b). Baseada nesses princípios, a metodologia de EaD proposta pelo Cefor, procura proporcionar diálogo entre os participantes do processo de ensino-aprendizagem (professor, designer educacional, pedagogo, coordenador de curso e de tutoria), além de acesso / construção de recursos didáticos e de infraestrutura que podem ser utilizados pelos estudantes. Momentos presenciais e encontros síncronos também fazem parte da metodologia adotada pelo Ifes.

A equipe multidisciplinar pode variar de acordo com o curso ou o programa federal. É importante ressaltar que o Cefor pode gerenciar e ofertar cursos financiados por programas federais, como a UAB e o e-Tec, ou sem fomento, como é o caso do curso de pós-graduação lato sensu em Tecnologias Educacionais, o qual se constitui a primeira experiência de curso produzido pelos docentes do Cefor, sem fomentos de recursos externos descentralizados. Esta é, então, uma iniciativa importante no que diz respeito à institucionalização da EaD no Ifes e que remete há muitas reflexões.

4.5 Alguns resultados e desafios no processo de institucionalização

Como resultados e desafios, verificou-se que a primeira vertente do Cefor é a de gestão da EaD, para o apoio aos campi da instituição no que se refere aos cursos a distância e ao uso de tecnologias na educação. Isso implica em pessoal administrativo especializado em informática para gestão de ferramentas como o ambiente Moodle, webconferência etc.; em designers, para criação de animações, ilustrações, livros-texto etc.; em vídeo e roteiristas, para gravação de videoaulas; de pedagogos e designers educacionais, para apoio à criação de projetos de cursos, escolha de recursos para as disciplinas, definições de diretrizes; pessoal para seleção de equipes multidisciplinares; etc. A segunda vertente se assemelha a um campus, para ofertar cursos em diferentes níveis e modalidades, com foco na formação de profissionais da educação, e atividades de pesquisa e extensão. Necessita-se, assim, de docentes e técnicos administrativos para secretaria acadêmica, administração, biblioteca etc. Um das questões-chave quando fala-se em institucionalização da EaD é a tutoria, ou seja, como contratar este profissional e/ou como contabilizar esta atividade.

Alguns dos principais desafios enfrentados neste processo têm sido: a gestão financeira de recursos oriundos de fontes diversas; a metodologia de EaD para cursos de níveis distintos; o atendimento a um grande número de campi e a gestão dos recursos tecnológicos. Não existe a definição de uma política clara para financiamento de custo-aluno na EaD para as instituições públicas, em especial, pelos programas de fomento UAB e e-TEC, com

algumas especificidades difíceis de serem implementadas, sem a parceria do governo federal, municípios e remuneração por meio de bolsas.

A institucionalização da EaD no Ifes encontra-se em um momento político e econômico, onde esta modalidade tem sido debatida para o alcance de atendimento às metas do Plano Nacional de Educação, dado as suas possibilidades de amplitude geográfica e alcance de um maior número de matrículas. Entretanto, faz parte da institucionalização tornar as ações de EaD cada vez mais próximas do ensino presencial, como aliada para Educação e Tecnologia.

5. Conclusões

O processo de institucionalização da EaD no Ifes vem se constituindo pela desenvolvimento de práticas que viabilizaram a disseminação da EaD. Entretanto, como em qualquer IES pública depende da regulamentação e de uma política em nível nacional. O primeiro passo foi dado pelos programas UAB e e-TEC, entretanto, é necessário avançar para que a EaD se de maneira plena e não à margem de cursos presenciais regulares.

Ao longo dessa trajetória surge o Cefor que, além da institucionalização da EaD com os desafios de gestão crescem, também são incorporados os desafios de oferta de formação.

Diante dessa realidade, o Cefor vem se constituindo, por meio do apoio institucional, com a alocação de docentes e técnicos administrativos que atuam no fomento e apoio a EaD e na oferta de cursos de formação. Uma próxima etapa é a mudança de estrutura física para uma espaço adequado, visto que o espaço atual já não atende às necessidades do Cefor.

Entretanto, seja na institucionalização da EaD, ou seja na definição de uma estrutura física e de pessoal condizente com as necessidades do Centro de Referência, há um longo caminho a se percorrer, dadas as interlocuções que precisam existir em nível nacional e considerando a necessidade de atender as diferentes especificidades de um país tão extenso como o Brasil.

Referências

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

STAKE, Robert E. **Pesquisa Qualitativa:** estudando como as coisas funcionam. Tradução: Karla Reis; revisão técnica: Nilda Jacks. Porto Alegre: Penso, 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 6ª reimpressão.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. Diretoria de Educação a Distância. **Universidade Aberta do Brasil.** Disponível em: <<http://uab.capes.gov.br>>. Acesso: 09 mai. 2015a.

_____. Presidência da República – Casa Civil. Lei nº 11.892, de 29 de dez. 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF: 30 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em 12 jan. 2014.

_____. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília : **Diário Oficial da União.** Brasília, DF: de 21 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 12 jan. 2014.

_____. Presidência da República – Casa Civil. Decreto nº 5.622, de 19 dez. 2005. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF: 20 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em 12 jan. 2014.

_____. Decreto nº 5.800, de 08 de jun. 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília: **Diário Oficial da União.** Brasília, DF: 09 jun. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm>. Acesso em 12 jan. 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Referenciais de qualidade para a educação superior a distância.** Brasília, DF: 2007 <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refade1.pdf>. Acesso em 12 jan. 2014.

MOORE, Michael G., KEARSLEY, Greg. Educação a Distância: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

RUMBLE, Greville. **A gestão dos sistemas de ensino a distância.** Brasília: Editora Universidade de Brasília: UNESCO, 2003.